

O Conceito de Privação Materna na Teoria de John Bowlby: Implicações para Concepções de Cuidado e Maternidade na Primeira Infância

Kaira Neder

Katia de Souza Amorim

RESUMO

O presente trabalho empreendeu uma análise conceitual da formulação de apego e privação materna de John Bowlby. São contextualizados e definidos teoricamente conceitos como apego, separação e sensibilidade materna. Após, discute-se criticamente as repercussões das formulações do autor para campos que se ocupam dos estudos sobre a infância e seus cuidados—como acolhimento institucional e educação infantil—com implicações sobre o papel social da mulher e trabalho feminino. Apresentam-se autores que tecem críticas às extrapolações operadas por teóricos e praticantes da teoria do apego ao generalizarem dados específicos a determinadas culturas, faixas etárias e contextos sociais; levando ao desdobramento de construção de políticas públicas e à delimitação de práticas prescritivas consideradas aplicáveis a todas as crianças de modo universalista. Conclui-se contrariamente à utilização indiscriminada da teoria por gerar alto grau de sofrimento a crianças e mães; e contrapõe-se à normatização a diversos grupos, por ferir direitos humanos básicos e respeito à diversidade cultural.

Palavras-chave: apego, Bowlby, privação materna, psicologia do desenvolvimento, infância.

ABSTRACT

Maternal Deprivation' Concept in John Bowlby's Theory: Implications for Conceptions of Care and Motherhood in Early Childhood

The present work undertook a conceptual analysis of John Bowlby's formulation of attachment and maternal deprivation. Concepts such as attachment, separation and maternal sensitivity are contextualized and theoretically defined. Afterwards, the repercussions of the author's formulations for fields that deal with studies on childhood and their care—such as institutional care and early childhood education—are critically discussed, with implications for the social role of women and female work. Thus, we presented authors who criticize the extrapolations made by theorists and practitioners of attachment theory by generalizing specific data to certain cultures, age groups and social contexts; leading to the development and construction of public policies and the delimitation of prescriptive practices considered applicable to all children in a universal way. It is concluded that the indiscriminate use of the theory is contrary to the fact that it generates a high degree of suffering for children and mothers; and it opposes the standardization of different groups, as it violates basic human rights and respect for cultural diversity.

Keywords: attachment, Bowlby, maternal deprivation, developmental psychology, childhood.

Sobre os Autores

K. N.
orcid.org/0000-0001-8047-2996
Universidade do Estado de São Paulo (Unesp) - Assis/Franca, SP
nederkaira@gmail.com

K. S. A.
orcid.org/0000-0003-0544-6370
Universidade de São Paulo (USP)
- Ribeirão Preto, SP
katiamorim@ffclrp.usp.br

Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC.



O presente trabalho objetivou realizar uma análise conceitual de obras selecionadas de John Bowlby acerca do conceito e definição de *privação materna* e de seus efeitos no desenvolvimento infantil. Para tal, seguiremos alguns dos princípios esboçados por Laurenti e Lopes (2016) sobre a análise teórica em psicologia, particularmente os que se referem à definição de conceitos nucleares da teoria e da relação destes com um contexto histórico mais amplo.

Acerca dos conceitos nucleares da teoria, será exposta uma análise de parte da obra de Bowlby, a saber, do relatório de 1951 para a Organização Mundial de Saúde (OMS) — com versão disponível em Bowlby (1952) — e dos dois primeiros volumes da trilogia *Apego e Perda* (Bowlby, 1969/1982, 1973); com o intuito de delimitar conceitualmente a noção de separação materna e sua função no desenvolvimento socioemocional. A partir disso serão expostas algumas implicações desses conceitos nos campos relativos à infância, mais especificamente em áreas como a psicologia do desenvolvimento e a educação infantil.

DA DESCOBERTA DA INFÂNCIA À CULPABILIZAÇÃO MATERNA

Historicamente, nem sempre o bebê e a criança pequena possuíram o status e a visibilidade contemporâneas. Esta descoberta da infância não teria sido natural, mas ligada a questões político-econômicas em uma perspectiva de promoção da vida adulta futura e produtiva. Nesse sentido, a noção de infância teria se erigido lentamente a partir do século XVI (Ariès, 1960/1973), dentro do processo de constituição e fortalecimento dos estados-nação. No processo, a população ganhou status de riqueza nacional e, com o surgimento da demografia e a identificação da alta mortalidade infantil, a criança se tornou problema político-econômico: desdobraram-se projetos com meta de regeneração da população e ampliação de sua força de trabalho.

Coube à pediatria e aos higienistas fazer uso dos novos conhecimentos, estabelecendo medidas de ação sobre o ambiente considerado não saudável (Desjardins, 1998). Passou-se assim a buscar razões da irresponsabilidade no trato das crianças e a discutir o afrouxamento dos laços afetivos entre pais e filhos, além da considerada falta de educação física, moral e intelectual das mães. Assim, a higiene se insinuou na intimidade das casas e passou a impor uma educação física, moral, intelectual e sexual; inspirada nos preceitos sanitários da época (Costa, 1999).

Entre o século XVIII e o início do século XX, engendraram-se muitas transformações dentre os discursos e saberes veiculados que visavam à maternidade. A despeito das particularidades consonantes à cada cultura ocidental, aos distintos estratos socioeconômicos e da miríade de transformações históricas abrangidas nesse processo é bastante consensual a progressiva estatização dos

fenômenos relativos à infância e a intensificação da centralidade desta na família (Donzelot, 1980). Esta visibilidade foi de tal monta no século XX, que este passou a ser denominado de “século da criança” (Lindenmeyer & Sandin, 2008).

Viu-se emergir uma nova forma de conceber os problemas da infância (Rose, 1999; van der Horst et al., 2020). O foco persistia na figura materna, esta que passou a ser também responsável pelo desenvolvimento psíquico da criança. A relação entre a mãe e a criança passou a ser lida sob a égide das teorias psicanalíticas, que se imiscuíram progressivamente dentro dos serviços públicos e órgãos institucionais, e inclusive adentraram as casas a partir do rádio e das revistas femininas (Donzelot, 1980; Rose, 1999).

Rose (1999) destaca ainda uma obliteração das fronteiras entre os diferentes tipos de problemas envolvendo a infância: a pobreza, a delinquência ou a enurese passaram a ser concebidas “em termos que abrangem e vinculam o perigoso e o ameaçado em uma única dimensão de ajuste e desajustamento” (p. 157, tradução nossa). Com a diluição das fronteiras que separavam a criança carente da delinquente, isto é, com os transtornos sendo concebidos como fruto de falhas do desenvolvimento psíquico oriundos da relação com figura materna, tornou-se mister a promoção da higiene mental.

Das teorias higienistas/eugenistas do início do século XX para um higienismo mental, o perigo deixou de se relacionar somente com a influência do ambiente físico, passando a se reportar também ao ambiente moral. Houve uma transformação do perigo da hereditariedade, no sentido biológico do termo, e os danos passaram a também se perpetuar através da transmissão psíquica. Foi dentro desse contexto discursivo que emergiu a figura de John Bowlby e sua teoria sobre os efeitos socioemocionais da privação materna na primeira infância (Rose, 1999).

Estes fatos apontam para outro aspecto relevante dos discursos dirigidos às mães no século XX: o psicologismo. Instaurou-se o primado da psicologia, que se imiscuiu progressivamente na construção da sociedade e dos indivíduos. Houve uma difusão da linguagem psicológica como descrição pessoal, construindo um senso comum nos países ocidentais; os quais passaram a se descrever e a compreender a si mesmos como “habitados por um profundo e interno espaço psicológico” (Rose, 2008, p. 155).

Além disso, noções da psicologia invadiram os âmbitos dos serviços públicos dirigidos às famílias, à infância e a escolarização; instaurando padrões de dita normalidade (Donzelot, 1980). Em consonância com outros países do mundo, na Inglaterra, a difusão televisiva e jornalística catapultou a medicina prescritiva direcionada às mulheres. Era comum que médicos e psicanalistas ingleses, franceses e

americanos renomados—como Françoise Dolto, Donald Winnicott e John Bowlby—fossem a público para dar conselhos sobre os cuidados ideais de crianças (Vicedo, 2011).

É nesse contexto discursivo que se destaca a figura de John Bowlby (Rose, 1999). No próximo tópico, apresentaremos e discutiremos o modo como essa transmissão psíquica foi conceituada por ele; e particularmente como ele tratou da natureza do laço afetivo mãe-bebê e como a separação da mãe poderia ocasionar efeitos deletérios no desenvolvimento posterior da criança.

A TEORIA DO APEGO DE JOHN BOWLBY

John Bowlby nasceu em 1907, na cidade de Londres. Em 1925, iniciou seus estudos de medicina em Cambridge, formando-se como psiquiatra em 1933 (van der Horst & van der Veer, 2009; van Dijken et al., 1998). Ao longo de sua formação o interesse pela psicanálise foi crescente, o que o levou ao início de sua própria formação psicanalítica em 1929 junto à Sociedade Britânica de Psicanálise.

O trabalho de Bowlby em instituições com crianças/adolescentes com problemas de desenvolvimento socioemocional e delinquência juvenil (como a escola Priority Gates), além das suas experiências como clínico na Sociedade de Psicanálise, direcionavam-no cada vez mais para a conexão de causa-efeito entre separação da figura materna e problemas no desenvolvimento socioemocional da criança (van Dijken et al., 1998).

Essa premissa de Bowlby acerca da preponderância dos aspectos de ordem exterior (relação com a mãe) sobre os conteúdos internos na origem de problemas socioemocionais repercutiram de modo negativo na Sociedade de Psicanálise. Com isso, Bowlby foi progressivamente se direcionando para a clínica Tavistock, na qual a crença de uma necessidade primitiva de segurança em decorrência do desamparo e da dependência do bebê era extremamente difundida e melhor aceita (van der Horst & van der Veer, 2009; van Dijken et al., 1998).

Em 1948, já como chefe da Tavistock, Bowlby buscou e obteve financiamento para sua própria pesquisa acerca dos efeitos sobre o desenvolvimento da separação da figura materna (van der Horst & van der Veer, 2009) nos primeiros anos de vida da criança (Bowlby, 1969/1982). O trabalho ao encargo de James Robertson envolveu observações de grupos de crianças, entre 18 meses e 4 anos, as quais haviam sido separadas de seus pais por períodos que variavam desde poucos dias até semanas, em função da ida para “berçários residenciais” [*residential nurseries*] ou para hospitais (Bowlby, 1969/1982). A partir da observação da reação das crianças no período de separação e no momento do reencontro, Robertson e Bowlby postularam uma

sequência previsível de comportamentos: protesto [*protest*], desespero [*despair*] e desapego [*detachment*] (Bowlby, 1969/1982)¹.

Foi em 1951 que o nome de Bowlby atingiu uma projeção internacional ao ser convidado pela OMS (van der Horst et al., 2020; Vicedo, 2011) para elaborar um relatório sobre a saúde mental de crianças sem lar [*homeless*], frente ao alto número de crianças sem famílias, em decorrência da Segunda Guerra Mundial. Bowlby (1952) conduziu, então, uma revisão de literatura investigando a correlação entre as experiências de separação e o desenvolvimento de comportamento patológico.

Em consonância com o que ele vinha apontando anteriormente e com o que ele vinha discutindo no período em que trabalhou na Tavistock, Bowlby afirmou que crianças privadas de suas mães estavam em risco para adoecimento físico e mental. De acordo com van der Horst et al. (2020), porém, a análise dos diários de Bowlby e das anotações oficiais demonstrou que Bowlby (1952) “utilizou seletivamente as fontes relevantes e seguiu seu próprio interesse no tópico da separação mãe-criança” (p. 13).

De qualquer maneira, o relatório teve peso ao tratar dos efeitos da privação materna em crianças menores de cinco anos e, em seu relatório, Bowlby (1952) formula:

O que se acredita ser essencial para a saúde mental é que o bebê e a criança pequena experimentem um relacionamento carinhoso, íntimo e contínuo com a mãe (ou mãe-substituta permanente), no qual ambos encontrem satisfação e prazer. [...] Um estado no qual a criança não tenha esse relacionamento é chamado de privação materna. [...] Ainda, a criança sofre privação mesmo quando vivendo em uma casa com a mãe (ou mãe permanente substituta) se essa mãe não é apta para fornecer-lhe o cuidado amoroso de que uma criança pequena precisa. (p. 11, tradução nossa)

A figura materna foi então situada como a cuidadora natural. Além disso, o contexto ideal de cuidado de um bebê de até três anos foi apontado como a casa familiar, não devendo envolver instituições do tipo internato ou mesmo de cuidado em grupo. Como ele afirmou, “ganhar a vida e cuidar dos filhos representam *atividades incompatíveis* para as mães *quando as crianças são muito novas*” (Bowlby, 1952, p. 86, grifos e tradução nossos). Nesse sentido, Bowlby fez, inclusive, sugestões de políticas públicas como a de subsídio governamental para que mães solteiras ou viúvas não precisassem trabalhar e para que pudessem ficar com os filhos, na medida em que mães de crianças pequenas consistem em trabalhadoras “insatisfatórias” cuja mão-de-obra origina “pouco ganho líquido” (Bowlby, 1952, p. 86).

No entanto, naquele momento, a definição de separação e os modos como ela operaria no desenvolvimento psíquico foram apenas esboçados e estavam longes do delineamento que ela tomou na trilogia *Attachment and Loss*, quando o

autor passou a incorporar conceitos da etologia e de teorias dos sistemas de controle.

Bowlby (1969/1982) se afastou da nomenclatura psicanalítica e destacou a ênfase da influência do exterior ao conteúdo interno na psicopatologia. Ele substituiu os termos da psicanálise tradicional de “dependência” por “apego” e “figura de apego”. A nomenclatura dependência relacionava-se à concepção de que a ligação primeva da criança com a mãe decorria do fato de o bebê depender da mãe para a gratificação fisiológica, isto é, para se alimentar. Essa ideia, foi denominada por Bowlby de teoria do impulso secundário e, em oposição, propôs que a ligação entre bebê e a mãe é primária: o apego se constitui como uma disposição da criança de buscar proximidade com uma figura discriminada, com o intuito ou propósito² da manutenção de segurança.

Para Bowlby, o vínculo que liga a criança à mãe é resultado da atividade de sistemas comportamentais da espécie e segue um padrão previsível e comum a todos os membros da espécie, possuindo uma sequência comportamental definida e uma função biológica. No caso da espécie humana, essa função relaciona-se com a proteção contra predadores (Bowlby, 1969/1982).

Na espécie humana, portanto, o potencial para desenvolver certos tipos de sistemas (sistemas comportamentais) é transmitido como herança filogenética. Em termos gerais, em momentos de desconforto, fome, doença ou ameaça, dá-se a ativação desse sistema e o bebê emite comportamentos mediadores de apego, com o propósito de aproximá-lo da figura de apego e garantir, assim, o seu cuidado, a proteção e a sobrevivência. Ao longo dos primeiros meses de vida, os comportamentos mediadores são emitidos por reflexo, sem que haja uma conexão com o que se sucede ao seu entorno. À medida em que o bebê se relaciona com os outros, ele se torna capaz de construir conexões causais entre o que ocorre em seu entorno e suas próprias ações. Seus comportamentos passam então a serem corrigidos para a meta, o bebê passando a emitir uma sequência de comportamentos (ele sorri, ele chora, ele vocaliza), com o propósito de atrair a proximidade com a figura de apego ou mantê-la dentro de uma distância espacial considerada ótima (Bowlby, 1969/1982).

No que concerne à seleção da figura de apego, a teoria concebe o modelo de vinculação precoce como diádico, visto que o bebê constituiria o apego com apenas uma figura, usualmente a mãe. Além disso, o bebê que constituiu uma relação de apego utilizaria a figura de apego como base segura, enquanto realiza excursões exploratórias de modo diferencial (Bowlby, 1969/1982).

As figuras de apego subsidiárias operariam como pares de brincadeira, a quem o bebê emite comportamentos de afeto positivo, mas que não são eficazes em fornecer o

suporte necessário em momentos de desconforto ou doença (quando o sistema de apego é ativado). Ainda, na medida em que a interação com as figuras subsidiárias resulta da ativação do sistema exploratório (sistema complementar ao de apego), a interação com essas outras figuras dar-se-á apenas se o bebê estiver seguramente apegado à figura de apego (Bowlby, 1969/1982).

E o apego seguro com a mãe se construiria, tanto para Bowlby (1973) quanto para Ainsworth et al. (1978), quando ela é sensível, provê os cuidados, o calor e a prontidão na resposta. E, ao mesmo tempo, quando a figura de apego encoraja a autonomia da criança permitindo que ela explore o ambiente, o que repercutiria na formação de um modelo interno de apego seguro na criança.

O conjunto de dados e análises teóricas levaram Bowlby (1973) a construir a sua tese sobre a separação da figura de apego. A premissa foi firmada: a separação, mesmo quando por um período breve, constitui-se como extremamente danosa para as crianças de até três anos de idade e repercute de modo negativo ao longo da vida; com a possibilidade do desenvolvimento de psicopatologias e comportamento delinquente (Bowlby, 1973).

Para destacar isso, Bowlby (1973) citou estudos de outros pesquisadores acerca das separações breves, como na frequência a escolas maternas ou em cuidados por terceiros. O autor se utilizou desses estudos para generalizar conclusões tiradas a partir dos seus próprios pressupostos, de modo a concluir a tese sobre a separação.

Vários psicólogos fizeram registros do comportamento de crianças pequenas quando elas entram pela primeira vez na creche ou vão a um centro de pesquisa para exame. Ao fazer isso, os psicólogos, geralmente sem intenção, acumularam evidências de que começar a creche muito antes do terceiro aniversário é, para a maioria das crianças, uma experiência indesejavelmente estressante. Os registros, de fato, deixam claro que a ignorância da história natural do comportamento de apego, juntamente com um entusiasmo equivocado de que crianças pequenas devem rapidamente se tornar independentes e “maduras”, resultou em práticas que expõem as crianças, e seus pais, a uma grande quantidade de ansiedade e sofrimento desnecessários. (Bowlby, 1973, p. 33, tradução nossa)

A partir disso, Bowlby (1973) propôs que as separações, mesmo por períodos breves, não devem ocorrer antes do terceiro aniversário da criança, por se tratar de um período crucial para que o apego se forme seguramente. Segundo ele,

não só uma figura de apego deve ser acessível, mas deve estar disposta a responder de forma apropriada; em relação a alguém que está com medo, isso significa disposição para agir como consolador e protetor. Somente quando uma figura de apego é acessível e potencialmente responsiva, pode-se dizer que ele, ou

ela, está verdadeiramente disponível. (Bowlby, 1973, pp. 200-201, tradução nossa)

Mais do que presente, a figura de apego deve ser acessível. Desta maneira, a presença da figura de apego se relaciona a uma rápida acessibilidade, enquanto a ausência é relativa à sua inacessibilidade: que pode ser tanto temporária, como na separação; quanto definitiva, como na perda.

Na medida em que transcorrem inúmeras situações em que essa figura está ou não acessível e que há uma capacidade cognitiva para tal, a criança forma modelos funcionais de self e da figura de apego; os quais variam conforme a qualidade dessas experiências de acessibilidade e com a constância da acessibilidade. O modelo de self se refere ao grau de aceitabilidade de si pela figura de apego.

Analogamente, o modelo da figura se relaciona à “ideia” que se tem acerca da figura de apego, de como encontrá-la e de como é ou não responsiva. É através desses modelos que a criança constrói os modelos funcionais de si e do mundo: na medida que eles são generalizáveis para relacionamentos e situações posteriores e até o fim da vida a criança terá sua percepção do mundo moldada e elaborará planos a partir deles (Bowlby, 1973).

As separações, isto é, as experiências de inacessibilidade temporárias, mesmo que breves, quando ocorridas sucessivamente nos primeiros três anos de vida teriam impacto nessa construção. Seria nesse “período sensível” que se daria o estabelecimento da confiança de que a figura de apego consiste em uma base segura, com a formação dos modelos internos através dos quais a criança vê a si e ao mundo (Bowlby, 1973).

Em linhas gerais, pode-se dizer que, nesta teoria, entende-se que há uma necessidade de uma sensibilidade materna, com um cuidado atento aos sinais do bebê e trato caloroso e afetivo. Dever-se-iam também evitar ao máximo separações da figura materna, mesmo que breves, até os três anos de vida, na medida em que esses anos seriam cruciais para o estabelecimento da mãe ou cuidadora principal como uma base segura. Tal construção levaria a menor risco de desenvolvimento de transtornos socioemocionais no desenvolvimento da criança. Na medida em que há a formação de uma base segura e há o estabelecimento da confiança na figura de apego, a criança desenvolveria um modelo representacional que seria generalizado para o modo como a criança vê o mundo e como ela se relaciona com os outros para o resto da vida.

Durante a década de 1960-1970, a teoria de Bowlby teve grande impacto e se tornou referência nos debates acerca do papel da família, do cuidado materno e das supostas consequências negativas do cuidado não-materno para a primeira infância. Internacionalmente, reconhece-se que sua obra se constituiu como das que mais marcaram a evolução

da psicologia na segunda metade do século XX, gerando um incomensurável número de pesquisas sobre o papel fundamental do vínculo para o desenvolvimento da criança (Kude, 1994).

Como afirma Keller (2008), houve o reconhecimento da contribuição seminal em termos de mudança de paradigma na compreensão da importância do alicerce socioemocional nos processos de desenvolvimento. Segundo Keller (2008), com a teoria do apego, Bowlby teria destacado várias pedras fundamentais do campo, tais como: ênfase do relacionamento socioemocional como fundante ao desenvolvimento; concepção de relacionamento como construto psicológico; funções adaptativas dos relacionamentos evoluídas na história da humanidade; e, interação dos relacionamentos com outros construtos de desenvolvimento, como a exploração. Apesar do amplo reconhecimento quanto às contribuições, uma série de críticas foram e vêm sendo levantadas por estudiosos de diferentes campos e disciplinas.

QUESTÕES CRÍTICAS À TEORIA E ÀS SUAS IMPLICAÇÕES

Dentre as críticas levantadas à teoria, encontra-se um tipo específico ressaltado mesmo dentre os teóricos do apego: a generalização do escopo de aplicabilidade de determinada informação e conceito para um campo ou âmbito prático em que esses construtos não possuem validade ou através de métodos equivocados. Por exemplo, um grupo de mais de 40 pesquisadores da teoria do apego denuncia, nessa linha, a utilização indiscriminada de construtos da teoria do apego como “segurança do apego” em decisões de custódia sem o rigor científico de mensuração; visto que nas situações de definição de custódia, quando mal aplicado o conceito, a segurança do apego é apenas inferida pela observação de comportamentos isolados (Forslund et al., 2022).

Rosabal-Coto et al. (2017) reforça a crítica ao citar o posicionamento de Mary Main, um dos nomes principais da teoria do apego. Main et al. (2011) discutem um número de equívocos, sem suporte na teoria do apego, os quais essas abordagens mais populares sobre parentagem [*intensive mothering*] perpetuam, incluindo:

Um adulto precisa estar presente desde o nascimento do bebê para que o bebê forme um apego seguro a esse adulto; A janela de oportunidade para a formação de um apego seguro dura apenas durante os três primeiros anos de vida; A quantidade de tempo gasto com uma criança é o elemento mais importante na formação de um relacionamento de apego duradouro. (Rosabal-Coto et al., 2017, p. 338, tradução nossa)

Através dessa citação, Rosabal-Coto et al. (2017) denunciam uma extrapolação maciça de pressupostos e construtos que possuem um contexto de aplicação dentro das pesquisas em teoria do apego. Dentre as extrapolações,

encontram-se as referentes ao tipo de separação da figura materna a qual esses resultados dizem respeito (creche, separação breve, perda permanente) e a faixa etária a qual os estudos correspondem. Essa concatenação de generalizações invisibilizam os aspectos culturais, sociais, econômicos, de aplicabilidade e da idade das crianças e culmina em políticas perigosas para crianças e famílias; visto sua dimensão de política pública e universalização.

Exemplos são a propaganda por programas de educação de pais [*intensive mothering*] de que a formação de um apego seguro só é possível na inexistência do trabalho materno nos primeiros anos de vida. Informação propagada, mas que não repercute com o conhecimento atual produzido por estudiosos da teoria do apego (Keller, 2018; Morelli et al., 2017; Rosabal-Coto et al., 2017). Essas ponderações revelam algumas implicações potenciais, muitas delas prejudiciais ao campo da infância, como discutido a seguir.

REPERCUSSÕES DA TEORIA DE BOWLBY NO CAMPO DA INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL

A extrapolação de resultados obtidos em contextos de separação total ou permanente (instituição de acolhimento, por exemplo) para situações de separações breves, além da desconsideração de variáveis culturais, tem sido amplamente criticada por um conjunto de autores (LeVine, 2014; Keller, 2018; Wright et al., 2024). Tais críticas relacionam-se às diferentes áreas. Dentre elas, a ampliação do trabalho feminino no mercado de trabalho, levando ao compartilhamento de crianças pequenas, e mesmo bebês, com instituições de educação infantil.

Nesse sentido, Vicedo (2011) cita Sonya Michel ao afirmar que o discurso psicológico sobre a privação materna na saúde socioemocional da criança representou “a mais veemente e explícita oposição tanto ao emprego materno quanto à creche” (p. 13, tradução nossa). Como indicado acima, a teoria teve contrapontos significativos ligados a debates de outros campos. Mais do que isso, ela emergiu em confronto com movimentos sociais à época, já que a teoria de Bowlby foi elaborada e apresentada no mesmo período da eclosão dos movimentos feministas na década de 1960/1970 (Scarr et al., 1990).

Na pauta dos movimentos feministas, colocava-se a livre escolha da maternidade, maternidade não mais discutida como meta de vida da mulher. No confronto entre discursos sobre o apego e a organização social/familiar que se transformava, a partir da década de 1980, os debates se acirraram tanto no âmbito acadêmico quanto na mídia, principalmente nos países anglo-saxões (Singer & Wong, 2019).

Dentre os apoiadores da teoria de Bowlby, em consonância com a tese de prejuízos do cuidado não-

materno na primeiríssima infância, Belsky (1988) apresentou uma metanálise de quatro estudos que tinham averiguado a correlação entre apego inseguro e frequência integral de bebês com menos de um ano em instituições de educação infantil. A conclusão de Belsky indicava que apenas um desses estudos não possuía como resultado uma correlação positiva entre cuidado não-materno no primeiro ano de vida e apego inseguro, isto é, que cuidado não materno estava correlacionado ao apego inseguro.

A posição de Belsky recebeu grande atenção pela mídia norte-americana, dando suporte para aqueles que se opunham à legislação federal no sentido de incrementar tais instituições de educação infantil ou que se opunham ao estabelecimento de padrões nacionais de qualidade do cuidado infantil coletivo nos Estados Unidos (Fox & Fein, 1990). No processo, a publicação e os posicionamentos de Belsky (1988) geraram um agravamento da polarização no campo. A partir da narrativa oral de Carolee Howes, concedida a Singer e Wong (2019), Howes refere como ela e colegas estudiosas da área de psicologia do desenvolvimento de bebês foram acusadas por Belsky, no Wall Street Journal, de “moldar dados para argumentar que a creche é boa para os bebês. Porque nós éramos feministas!” (Singer & Wong, 2019, p. 4, tradução nossa).

Contrapondo-se às questões levantadas pelos teóricos do apego, nos debates acadêmicos, houve questionamentos acerca dos aspectos metodológicos dos estudos e da ausência de evidências para afirmar tais resultados (Clarke-Stewart, 1988). Inclusive, alguns autores se propuseram a investigar a correlação entre apego inseguro e frequência à instituição de educação infantil utilizando-se da mesma metodologia que os estudos analisados por Belsky (1988). Os resultados contrariaram os achados anteriores: cuidado não-materno, em tempo integral, por si só não ocasionava efeitos posteriores negativos (Goossens & Van Ijzendoorn, 1990). Ainda, a falha em demonstrar a correlação direta dos efeitos deletérios do cuidado não-materno em estudo longitudinal realizado em ampla escala por uma equipe americana (NICHD, 1997) repercutiu em um quase cessar dessa discussão, com mudança de enfoque nas investigações concernentes à educação infantil (LeVine, 2014).

No entanto, particularmente em países de grande repercussão da teoria do apego (como a Inglaterra e Alemanha, por exemplo) verifica-se que ainda é comum que modelos pedagógicos sejam oriundos da teoria do apego. Particularmente, focalizam o cuidado diádico e a responsividade a um nível individual (Dentz et al., 2023; Singer & Wong, 2019). Rosabal-Coto et al. (2017), por exemplo, citam que, na Alemanha, serviços de cuidados não-maternos [*early school, nursery school, Kindergarten*] passaram a operar programas baseados na Teoria do Apego. Dentre estes, os autores citam o *Modell zum Übergang in die Kita* [Modelo para

a transição para a creche], direcionado para o período de ingresso em instituição de educação infantil. Referem ainda o SAFE [Safe Attachment Family Education], que propõe o treino dos pais para que a criança desenvolva um apego seguro. De acordo com os autores, as professoras e os professores deveriam ser instruídos de modo a incorporar princípios da teoria do apego, para operar como base segura para a criança e a se direcionar individualmente para a criança (e não para o grupo). Os autores citam que,

[...] uma hipótese amplamente difundida é de que a criança não pode aprender e ser educada devidamente quando ela é inseguramente apegada. Os slogans "*keine Bildung ohne Bindung*" [sem educação sem apego] e "*Bildung geschieht durch Bindung*" [a educação acontece através do apego] usados em creches alemãs para promover programas de educação infantil, mostram até que ponto a teoria do apego influenciou os currículos das creches. (Rosabal-Coto et al., 2017, p. 347, tradução nossa)

Porém, novos estudos e perspectivas passaram a discutir e a se contrapor à radicalidade dessas argumentações ligadas à educação infantil. Um desses enfoques se deu no estudo e na discussão sobre a possibilidade de os bebês construírem vínculos com as professoras das instituições de educação infantil, como visto na revisão sistemática de Neder (2022). Na atualidade um conjunto expressivo de autores se propõe a analisar as relações dentro da creche e a propor modelos pedagógicos adequados a ambientes coletivos. Isto é, modelos que levem em conta o papel da interação e vinculação inclusive com os pares de idade, além de um direcionamento pedagógico também ao coletivo e não apenas ao cuidado/educação individuais (Amorim et al., 2020; Dentz, 2022; Ereky-Stevens et al., 2018; Rossetti-Ferreira et al., 2010, 2021; Winther-Lindqvist, 2021). Há também modelos derivados de leituras modernas da teoria do apego, como o de promoção de *bem-estar emocional* e de um sentimento de pertencimento (*belonging*) no espaço da creche, que se propõem a considerar as particularidades culturais e de configuração coletiva do cuidado/educação (Fukkink et al., 2021; Hannikainen, 2018; Harrison et al., 2017).

Em suma, a transposição de um modelo de cuidado diádico (como o da teoria do apego) para um ambiente de educação coletiva (como a creche) tem sido e deve ser problematizada por desconsiderar as particularidades e potencialidades do cuidado a nível coletivo (Amorim et al., 2020; Ereky-Stevens et al., 2018; Rossetti-Ferreira et al., 2021; Winther-Lindqvist, 2021). Salienta-se que não apenas as particularidades de um contexto como a creche têm sido desconsideradas no processo de universalização da teoria do apego como teoria dominante da psicologia do desenvolvimento (Keller, 2018), mas a variabilidade cultural e de possibilidades de configurações sociais de um modo mais amplo.

A TEORIA DO APEGO E A VARIABILIDADE CULTURAL

Apesar de todo debate e investigações que levaram a vários questionamentos quanto a alguns princípios e alicerces da teoria do apego, verificou-se uma recorrente transposição desta teoria para diferentes culturas e contextos; particularmente quanto à normatização de um modelo único de família e cuidado de crianças pequenas, do qual derivam fantasias acerca do papel materno na primeira infância (Scarr et al., 1990). Rosabal-Coto et al. (2017) apresentou dados e reflexões acerca da difusão na atualidade da teoria do apego em treinamentos e conselhos oferecidos aos pais focalizados em treinamento para a provisão de um cuidado parental adequado.

Nos Estados Unidos eles se encontram sob a égide da chamada "maternidade intensiva" [*intensive mothering*]. Existem também políticas públicas fundamentadas no mesmo objetivo no Chile (*Chile Crece Contigo*) visando promover orientações sobre o oferecimento de um cuidado sensível pelos pais, com embasamento na teoria do apego (Rosabal-Coto et al., 2017). Em consonância com esse fato, Símonardóttir (2016), encontrou um alcance dos pressupostos da teoria do apego no denominado "país mais feminista do mundo": a Islândia. De acordo com a autora, muitos pressupostos da teoria integram os conhecimentos e conselhos sobre cuidado de crianças e bebês veiculados nesse país.

O mesmo alcance, ainda que em áreas distintas, é encontrado em território brasileiro no embasamento de políticas públicas dirigidas à infância. A teoria do apego aparece no *Guia de Acolhimento Familiar* (SNAS, 2022), elaborado pelo Ministério da Cidadania, no qual Bowlby junto a Winnicott são usados para fundamentar o pressuposto teórico para o Sistema de Família Acolhedora (SFA): "Essa teoria [teoria do apego] reforça a importância do SFA, visto que um de seus aspectos norteadores é propiciar às crianças e/ou aos adolescentes acolhidos essa vinculação, além de um ambiente afetivo e cuidados de qualidade" (SNAS, 2022, p. 63).

Ainda, o conceito de vínculo a ser promovido na assistência ao recém-nascido, de acordo manual do Ministério da Saúde, *Atenção Humanizada ao Recém-Nascido - Método Canguru Manual Técnico*, também é embasado na teoria de Bowlby (DAPE, 2017). Por fim, a teoria do apego é citada como abordagem terapêutica na atenção primária à saúde no *Guia prático de matriciamento em Saúde Mental* editado pelo Ministério da Saúde (Chiaverini, 2011)³.

As aplicações na atuação com a primeira infância nos mais diferentes contextos e países vem se dando a despeito de que, desde o início da formulação de sua teoria, Bowlby foi questionado por não incorporar a variabilidade cultural em suas formulações; perspectiva que alguns autores indicam

estar presente até hoje nos trabalhos dos adeptos à teoria do apego e nas práticas de políticas públicas inspiradas nessa teoria (LeVine, 2014; Vicedo, 2017; Wright et al., 2024). Keller (2008) chamou a atenção, nesse sentido, para o modo como a teoria do apego tem sido tratada: como um sistema fechado, resistente às mudanças, não acompanhando o desenvolvimento do conhecimento no campo. Ao apresentar dados de culturas subsaarianas, Keller (2018) pontuou que crianças providas dessas culturas não demonstravam ansiedade frente a estranhos e, portanto, não corresponderiam ao padrão de apego seguro; entendido que nessas sociedades o cuidado é amplamente partilhado entre os vários membros da família, inclusive por crianças.

Ainda, Scheidecker (2019) investigou, ao longo de 15 meses, 41 crianças nos seus primeiros anos de vida em uma comunidade rural do sul de Madagascar. De acordo com o autor, nesses grupos, as crianças eram cuidadas por crianças mais velhas e por múltiplos cuidadores, a depender de quem estava perto e disponível. Assim, uma criança de um ano era pega, em média, por 14 pessoas diferentes em um período de 2 horas. Os adultos, a despeito de oferecerem constantemente o contato corporal, não se engajavam em contatos face a face ou trocas de expressões emocionais e jogos com as crianças; enquanto as trocas entre as crianças eram fundamentadas em trocas afetivas. Mais uma vez, o conceito de sensibilidade materna e o de padrão de apego seguro não pareceram ser suficientes para definir esses padrões interativos.

LeVine (2014), nessa mesma linha, discutiu o estudo de Grossman e colaboradores, realizado no norte de Alemanha em 1985, dentro de uma cultura ocidentalizada. De acordo com o autor, Grossman et al. (1985) teriam replicado cuidadosamente o experimento da Situação Estranha, de Ainsworth. Como resultado, teriam encontrado que 49% das crianças de Bielefeld possuíam um apego ansioso-evitativo. De acordo com LeVine (2014), isso implicaria dizer que quase metade das crianças dessa amostra estavam risco de desenvolver problemas socioemocionais. A partir disso, o antropólogo discute como o padrão de sensibilidade materna e o de apego seguro propostos por Bowlby não eram compatíveis com as práticas de cuidado e metas de desenvolvimento daquele grupo cultural. Em tal grupo se tinha um ideal de independência e de não demanda da criança por parte dos pais: não era usual que as crianças ficassem em contato corporal constante com eles após começarem a andar.

Em suma, em diferentes gradações de apropriação teórica e aplicação prática, a teoria do apego tem sido veiculada e aplicada sem que haja uma reflexão sobre as particularidades de cada contexto, da faixa etária a qual se aplica, das condições e práticas daquela população. Keller (2018), nesse sentido, argumentou que a psicologia—e a ciência no

geral—tem sido produzida por uma parcela da população majoritariamente ocidental, branca, industrializada, rica, democrática e escolarizada (perfil que vem sendo descrito pelo acrônimo WEIRD na literatura); a qual representa apenas 5% da população mundial, enquanto os correspondentes a uma cultura não-ocidental e rural correspondem de 30-40%.

A partir disso, Keller (2018) e outros autores (LeVine, 2014; Rosabal-Coto et al., 2017; Wright et al., 2024) tecem críticas à generalização indiscriminada dos conceitos de Bowlby para além do contexto WEIRD. O argumento dos autores é pautado no fato de que um padrão de “sensibilidade materna” e de um tipo de apego, oriundo a partir de uma amostra que seria representativa de no máximo 5% da população. Assim, não deveria embasar normativas em outras culturas: forma como crianças devem ser cuidadas, no tipo de estabelecimento da relação da mãe-criança etc. (Keller, 2018).

Para esses autores, quando se dá essa transposição de conceitos base da teoria do apego (principalmente de padrões de apego ideais e de um cuidado materno ideal) para normativas, práticas parentais (Keller, 2018; Wright et al., 2024), e políticas públicas (Rosabal-Coto et al., 2017), fomenta-se uma transposição de um modelo de um conjunto populacional com características específicas, sem considerar as variáveis culturais e socioeconômicas das muitas outras comunidades, populações, relações e contextos.

Ademais, a questão vai além da não-universalidade da teoria. Reiteradamente, a teoria do apego tem se difundido a partir de extrapolações: de informações providas de estudos realizados em determinadas faixas etárias, estende-se para qualquer faixa de idade; de dados oriundos de separações prolongadas, permanentes e de maus tratos aplica-se para situações de separações breves (Keller, 2018; Rosabal-Coto et al., 2017); de culturas ocidentais, economicamente ricas e industrializadas para populações com culturas e organizações sociais muito distintas, como a aborígine (Wright et al., 2024).

CONCLUSÕES

Discutiram-se neste artigo, as proposições da teoria de apego de John Bowlby, particularmente referentes à privação materna. Seguindo essa proposta, inicialmente situou-se o contexto histórico e ideológico de emergência das teorias sobre a privação da mãe no desenvolvimento da criança: teorias que indicavam que o local considerado adequado para o cuidado da primeiríssima infância seria no seio da família através dos cuidados maternos. Após, apresentou-se as noções de apego e privação materna de Bowlby, destacando as implicações apontadas por ele quanto a prejuízos socioemocionais e psicopatologias no desenvolvimento das crianças pequenas privadas—seja por períodos curtos ou

longos—da presença e sensibilidade da mãe nos primeiros anos de vida.

À análise, com base em ampla literatura, destacou-se críticas e apontou-se à gravidade potencial das implicações da proposição em questão. Em um primeiro bloco, tecido inclusive a partir de autores que trabalham com a teoria do apego, apontou-se ao risco da generalização indiscriminada de aplicabilidade do construto a contextos outros, como os de acolhimento familiar.

Outra frente de críticas se referiu ao uso da teoria na contemporaneidade, o que extrapola em muito os tempos e os espaços da elaboração de Bowlby. As críticas se referem ao fato de que as sociedades ocidentais têm se organizado dentro de novas condições socioeconômicas e culturais; as quais levaram amplamente a mulher ao mercado de trabalho, esta não estando só direcionada à maternidade no contexto doméstico. Com isso, tem-se a necessidade do compartilhamento dos cuidados e da educação das crianças pequenas, mesmo de bebês, inclusive com instituições de educação infantil. Dada a difusão da teoria do apego, estudos têm mostrado o elevado nível de angústia e culpa das mães nesses compartilhamentos, pelo temor de prejuízo ao desenvolvimento saudável das suas crianças nesse contexto coletivo; isto sim levando a significativa repercussão de sofrimento emocional.

Um terceiro bloco tratou das críticas à aplicação da teoria a contextos socioculturais outros, extremamente diversos do contexto WEIRD em que a proposição foi elaborada. A extrapolação atinge as relações sociais e afetivas que se dão de maneiras diversas, levando a tendências de buscar uma normatização quanto aos papéis sociais, modos de relacionamento, criação, cuidado e educação de crianças pequenas; os quais são estranhos às diferentes comunidades e sociedades.

Com base nas análises, coloca-se como premente a ponderação dos limites de uso da teoria do apego. Há ainda a necessidade urgente de considerar que, nas últimas décadas, em função de transformações de aspectos socioeconômicos e culturais, as famílias/mulheres/crianças pequenas se encontram vivenciando novas formas de relações. A utilização direta e hermética da teoria nesse contexto vem gerando alto grau de sofrimento aos vários participantes desse processo, devendo ser reconsiderada. Finalmente, deve-se destacar de que não se deve buscar implementar modos de relação únicos como referência para normatização aos diversos grupos sociais, pois ferem aspectos básicos de direitos humanos com respeito à diversidade cultural.

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Certificamos que todos os autores participaram suficientemente do trabalho para tornar pública sua

responsabilidade pelo conteúdo. A contribuição de ambas as autoras foi homogênea, na medida em que contribuíram igualmente para a conceitualização, investigação e visualização do artigo e redação deste ao longo de todas as versões (até chegarmos à versão que submetemos).

AGRADECIMENTOS

A todos os membros do grupo de pesquisa do Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil (CINDEDI) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP de Ribeirão Preto.

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

As autoras declaram que não há conflitos de interesse no manuscrito submetido.

DECLARAÇÃO DE FINANCIAMENTO

A pesquisa relatada no manuscrito foi financiada parcialmente pela bolsa de mestrado da primeira autora (CAPES, processo 88887.500452/2020-00), pela bolsa de produtividade em pesquisa da segunda autora (CNPq, prot. 305488/2013-9) e pelo Auxílio Regular FAPESP (2013/17215-0).

REFERÊNCIAS

- Ainsworth, M. D. S., Blehar, M. C., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*. Lawrence Erlbaum. <https://doi.org/10.4324/9781315802428>
- Amorim, K. de S., Barreto, A. M. R., Gomes, M. F. C., Macário, A. P., Neves, V. F. A., Oliveira, Z. M. R., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2020). Continuando o debate sobre cuidado e educação de crianças nos primeiros anos de vida. *Teoria e Prática da Educação*, 23(1), 22-35. <https://doi.org/10.4025/tpe.v23i1.49985>
- Ariès, P. (1973). *L'enfant et la vie familiale sous l'ancien régime*. Editions Seuil. (Trabalho original publicado em 1960).
- Belsky, J. (1988). The "effects" of infant day care reconsidered. *Early Childhood Research Quarterly*, 3(3), 235-272. [https://doi.org/10.1016/0885-2006\(88\)90003-8](https://doi.org/10.1016/0885-2006(88)90003-8)
- Bowlby, J. (1952). *Maternal care and mental health: A report prepared on behalf of the World Health Organization as a contribution to the United Nations Programme for the Welfare of Homeless Children*. WHO. <https://iris.who.int/handle/10665/40724>
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss: Separation anxiety and anger* (Vol. II). Basic Books.
- Bowlby, J. (1982). *Attachment and loss: Attachment* (2ª ed., Vol. I). Basic Books. (Trabalho original publicado em 1969)

- Chiaverini, D. H. (Org.). (2011). *Guia prático de matriciamento em saúde mental*. Ministério da Saúde/Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pratico_matriciamento_saudemental.pdf
- Clarke-Stewart, K. A. (1988). The 'effects' of infant day care reconsidered: Risks for parents, children, and researchers. *Early Childhood Research Quarterly*, 3(3), 293-318. [https://doi.org/10.1016/0885-2006\(88\)900063](https://doi.org/10.1016/0885-2006(88)900063)
- Costa, J. F. (1999). *Ordem médica e norma familiar* (4ª ed.). Ed. Graal.
- Dentz, M. (2022). *Interação de pares de bebês em transição de casa para a creche* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59141/td-e-18032022-155642/pt-br.php>
- Dentz, M. V., Castro, C. R. C., Neder, K., & Amorim, K. S. (2023). Processos de transição com ingresso de bebês na educação infantil: Revisão bibliográfica. *Psicologia USP*, 33, e210045. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e210045>
- Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. (2017). *Atenção Humanizada ao Recém-Nascido. Método Canguru Manual Técnico* (3ª ed.). Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_metodo_canguru_manual_3ed.pdf
- Desjardins, R. (1998). *L'institutionnalisation de la pédiatrie en milieu franco-montréalais 1880-1980: Les enjeux politiques, sociaux et biologiques* [Tese de doutorado, Universidade de Montreal]. Nome do Banco de Dados ou Arquivo. URL.
- Donzelot, J. (1980). *A polícia das famílias* (3ª ed.). Ed. Graal.
- Ereky-Stevens, K., Funder, A., Katschnig, T., Malmberg, L.-E., & Datler, W. (2018). Relationship building between toddlers and new caregivers in out-of-home childcare: Attachment security and caregiver sensitivity. *Early Childhood Research Quarterly*, 42(1), 270-279. <https://doi.org/10.1016/j.ecresq.2017.10.007>
- Forslund, T., Granqvist, P., van IJzendoorn, M. H., Sagi-Schwartz, A., Glaser, D., Steele, M., Hammarlund, M., Schuengel, C., Bakermans-Kranenburg, M. J., Steele, H., Shaver, P. R., Lux, U., Simmonds, J., Jacobvitz, D., Groh, A. M., Bernard, K., Cyr, C., Hazen, N. L., Foster, S., Psouni, E., ... Duschinsky, R. (2022). Attachment goes to court: Child protection and custody issues. *Attachment & human development*, 24(1), 1-52. <https://doi.org/10.1080/14616734.2020.1840762>
- Fox, N., & Fein, G. G. (1990). *Infant day care: The current debate*. Ablex Publishing.
- Fukkink, R. G. (2021). Exploring children's well-being in daycare: How do children feel all day? *European Early Childhood Education Research Journal*, 1-15. <https://doi.org/10.1080/1350293X.2021.2007971>
- Goossens, F. A., & Van IJzendoorn, M. H. (1990). Quality of infants' attachments to professional caregivers: Relation to infant-parent attachment and day-care characteristics. *Child Development*, 61(3), 832-837. <https://doi.org/10.2307/1130967>
- Grossmann, K., Grossmann, K. E., Spangler, G., Suess, G., & Unzner, L. (1985). Maternal sensitivity and newborns' orientation responses as related to quality of attachment in northern Germany. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 50(1-2), 233-256. <https://doi.org/10.2307/3333836>
- Hännikäinen, M. (2018). Values of well-being and togetherness in the early childhood education of younger children. In E. Johansson & J. Einarsdóttir (Eds.), *Values in early childhood education: Citizenship for tomorrow* (pp. 147-162). Routledge. <http://dx.doi.org/10.4324/9781315317007-10>
- Harrison, L. J., Sumsion, J., Bradley, B., Letsch, K., & Salamon, A. (2017). Flourishing on the margins: A study of babies and belonging in an Australian Aboriginal community childcare centre. *European Early Childhood Education Research Journal*, 25(2), 189-205. <https://doi.org/10.1080/1350293X.2017.1288015>
- Keller, H. (2008). Attachment—past and present. But what about the future? *Integrative Psychological & Behavioral Science*, 42(4), 406-415. <https://doi.org/10.1007/s12124-008-9080-9>
- Keller, H. (2018). Universality claim of attachment theory: Children's socioemotional development across cultures. *PNAS*, 115(45), 11414-19. <https://doi.org/10.1073/pnas.1720325115>
- Kude, V. M. M. (1994). O Mito da Culpa Materna. In R. Cardoso (Org.), *É uma mulher...* (pp. 123-137). Vozes.
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2016). Metodologia da pesquisa conceitual em psicologia. In C. Laurenti, C. E. Lopes & S. F. Araújo (Eds.), *Pesquisa teórica em psicologia: Aspectos filosóficos e metodológicos* (pp. 41-69). Högrefe CETEPP.
- LeVine, R. A. (2014). Attachment theory as cultural ideology. In H. Otto & H. Keller (Eds.), *Different faces of attachment: Cultural variations on a universal human need* (pp. 50-65). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139226684>
- Lindenmeyer, K., & Sandin, B. (2008). National citizenship and early politics shaping "the century of the child" in Sweden and the United States. *The Journal of the History of Childhood and Youth*, 1(1), 50-62. <https://doi.org/10.1353/hcy.2008.0012>
- Main, M., Hesse, E., & Hesse, S. (2011). Attachment theory and research: Overview with suggested applications to child custody. *Family Court Review*, 49(3), 426-463. <https://doi.org/10.1111/j.1744-1617.2011.01383.x>
- Morelli, G. A., Chaudhary, N., Gottlieb, A., Keller, H., Murray, M., Quinn, N., Rosabal-Coto, M., Scheidecker, G., Takada, A., & Vicedo, M. (2017). Taking Culture Seriously: A Pluralistic Approach to Attachment. In H. Kellerm, & K. Bard (Org.), *The Cultural Nature of Attachment: Contextualizing Relationships and Development* (pp. 139-168). Cambridge, MA: MIT Press.
- National Institute of Child Health and Human Development. (1997). The effects of infants child care on infant-mother attachment security: Results of the NICHD of early child care. *Child Development*, 68(5), 860-879. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.1997.tb01967.x>

- Neder, K. (2022). *Construção de vínculos com as professoras no processo de transição com início de frequência de bebês em instituições de educação infantil* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59141/tde-24022023-145143/pt-br.php>
- Rosabal-Coto, M., Quinn, N., Keller, H., Vicedo, M., Chaudhary, N., Gottlieb, A., Scheidecker, G., Murray, M., Takada, A., & Morelli, G. (2017). Real-world applications of attachment theory. In H. Keller & K. Bard (Eds.), *The cultural nature of attachment: Contextualizing relationships and development* (pp. 335-354). MIT Press.
- Rose, N. (1999). Adjusting the bonds of love. In N. Rose (Ed.), *Governing the soul: The shaping of the private self* (pp. 156-81). Free Association Books.
- Rose, N. (2008). Psicologia como uma ciência social. *Psicologia & Sociedade*, 20(2), 155-64. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000200002>
- Rossetti-Ferreira, M. C., Oliveira, Z. M. R., & Amorim, K. S. (2021). 40 anos de atuação do CINDEI: A construção de questões e metodologias de investigação do desenvolvimento de crianças pequenas, em contexto de educação coletiva. *Zero-a-seis*, 23(44), 1347-1381. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2021.e79111>
- Rossetti-Ferreira, M. C., Oliveira, Z. M. R., Carvalho, M. I. C., & Amorim, K. S. (2010). Peer relations in Brazilian daycare centres: A new focus for early childhood education. In M. Kernan & E. Singer (Orgs.), *Peer relationships in early childhood education and care* (pp. 74-87). Routledge Taylor & Francis Group.
- Scarr, S., Phillips, D., & McCartney, K. (1990). Facts, Fantasies and the Future of Child Care in the United States. *Psychological Science*, 1(1), 26-35. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9280.1990.tb00061.x>
- Scheidecker, G. (2019). Attachment. In J. Slaby & C. von Scheve (Eds.), *Affective Societies: Key Concepts* (pp. 73-84). Routledge.
- Secretaria Nacional de Assistência Social. (2022). *Guia de acolhimento familiar. chegadas e partidas: Trabalhando as transições*. Ministério da Cidadania. https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Presidencia/primeiros_passos/materiais/06_chegadas_e_partidas-WEB.pdf
- Símonardóttir, S. (2016). Constructing the attached mother in the "world's most feminist country". *Women's Studies International Forum*, 56, 103-112. <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2016.02.015>
- Singer, E., & Wong, S. (2019). Emotional security and daycare for babies and toddlers in social-political contexts: Reflections of early years pioneers since the 1970s. *Early Child Development and Care*, 191(3), 461-474. <https://doi.org/10.1080/03004430.2019.1622539>
- van der Horst, F. C. P., & van der Veer, R. (2009). Separation and divergence: The untold story of James Robertson's and John Bowlby's theoretical dispute on mother-child separation. *Journal of the History of Behavioral Sciences*, 45(3), 236-252. <https://doi.org/10.1002/jhbs.20380>
- van der Horst, F. C. P., Nelson, K. Z., van Rosmalen, L., & van der Veer, R. (2020). A tale of four countries: How Bowlby used his trip through Europe to write the WHO report and spread his ideas. *Journal of the History of Behavioral Science*, 56, 1-17. <https://doi.org/10.1002/jhbs.22016>
- van Dijken, S., van der Veer, R., van IJzendoorn, M., & Kuipers, H. (1998). Bowlby before Bowlby: The sources of an intellectual departure in psychoanalysis and psychology. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 34(3), 247-269. <https://doi.org/10.1017/S0007087411000318>
- Vicedo, M. (2011). The social nature of the mother's tie to her child: John Bowlby's theory of attachment in post war America. *British Society for the History of Science*, 44(162, Pt. 3), 401-26. <https://doi.org/10.1017/s0007087411000318>
- Vicedo, M. (2017). Putting attachment in its place: Disciplinary and cultural contexts. *European Journal of Developmental Psychology*, 14(6), 1-16. <https://doi.org/10.1080/17405629.2017.1289838>
- Winther-Lindqvist, D. A. (2021). Caring well for children in ECEC from a wholeness approach—The role of moral imagination. *Learning, culture and Social Interaction*, 30(2), 100452. <https://doi.org/10.1016/j.lcsi.2020.100452>
- Wright, A., Gray, P., Selkirk, B., Hunt, C., & Wright, R. (2024). Attachment and the (mis)apprehension of Aboriginal children: Epistemic violence in child welfare interventions. *Psychiatry, Psychology and Law*, 32(2), 1-25. <https://doi.org/10.1080/13218719.2023.2280537>

NOTAS

1. Cf. van der Horst e van der Veer (2009) sobre as divergências entre Bowlby e Robertson, inclusive com relação à essa formulação.
2. Bowlby utiliza o termo "purposive" ou seu derivado "purposiveness" para descrever o que é denominado uma correção para a meta dos comportamentos de apego, que ocorrem com esse propósito de atrair proximidade com a figura de apego. No entanto, ele deixa claro que não está designando uma intencionalidade ao bebê, na medida em que a correção para a meta, por se tratar de um sistema comportamental de origem evolutiva e biológica, designa apenas uma reorientação do comportamento do apego a respostas do ambiente por um mecanismo que ele denomina de "feedback" (Bowlby, 1969/1982).
3. É importante salientar que nos documentos citados apenas princípios gerais da teoria do apego são citados, como a importância da vinculação na primeira infância. Quando cotejados com as descrições feitas por Rosabal-Coto et al. (2017), as apropriações da teoria do apego em documentos nacionais, parecem ter um cunho distinto: menos dogmático, menos universalizante e menos prescritivo.
4. Entende-se que historicamente a teoria do apego emergiu e se constituiu, nas primeiras décadas de sua formulação, como um contraponto à frequência de bebês e crianças pequenas em instituições de educação infantil. O que vale notar é que no campo científico a correlação entre apego inseguro e frequência à creche não é mais discutida (referência suprimida pela possibilidade de identificar a autoria).

Data de submissão: 23/09/2023

Primeira decisão editorial: 28/01/2025

Aceite: 07/03/2025